

Este número de 2010 da Revista TRANSPORTES é editado em um momento em que a nossa comunidade precisa reavaliar e aprimorar suas práticas com vistas a se fortalecer cientificamente e se tornar competitiva em relação a outras áreas de conhecimento, diante de critérios de desempenho que enfatizam – cada vez com mais intensidade - a produção em periódicos qualificados.

Uma condição que nos favorece é já dispor da Revista TRANSPORTES que é muito bem classificada no Qualis da CAPES, o que revela o reconhecimento quanto a sua excelência e rigor no processo de aceitação e publicação de seus artigos. E a demanda por esse veículo, que vem recentemente crescendo, pode ser ainda maior por parte dos acadêmicos e profissionais do setor de transportes.

A Diretoria da ANPET, comprometida com os interesses da nossa área, vem buscando estratégias para superar esta situação. Uma das quais é a de incentivar a publicação de números temáticos, um deles associado aos Pólos Geradores de Viagens (PGVs) que constituem um campo investigado pela Rede Ibero-americana de Estudos em Pólos Geradores de Viagens. Esta iniciativa, aparentemente pioneira, foi acolhida pelo Professor Túlio Pessa Fabbri, Diretor Executivo, e por toda a Diretoria da ANPET, em dezembro de 2009. E isto representou uma oportunidade de mostrar a exequibilidade desta alternativa e estimular que outros grupos de pesquisadores se articulem em torno de um tema e concretizem este propósito.

No entanto, assumir esta responsabilidade de viabilizar esta missão num período de dez meses, foi um grande desafio para a Rede. Se por um lado esta proposta representou um voto de confiança no seu trabalho, por outro lado refletiu a necessidade de se conseguir atendê-lo sem perder o compromisso com o nível de qualidade exigido pela Revista. Nesse sentido, se procurou reproduzir os critérios e o formato adotados pela Anpet nas suas avaliações, com a presença de dois avaliadores por artigo, preservando o sigilo destes, além de se recomendar a revisão do texto por parte de um profissional em Letras. Portanto, foram mais de 20 professores participando deste processo de avaliação, cinco dos quais fazendo parte do Conselho Editorial da Revista TRANSPORTES.

Todos os membros da Rede foram convidados a

participar deste projeto. Ao final e dentro do prazo disponível, foi possível elaborar 12 artigos envolvendo quase 30 pesquisadores de 12 Universidades latino-americanas.

O resultado deste projeto confirmou a competência e maturidade não só dos pesquisadores da Rede mas também da área de transportes, o que explicita que podemos continuar acreditando na nossa capacidade de avançar, alcançar nossos objetivos e concretizar nossos sonhos. E um deles se expressa pelos 12 artigos apresentados neste número, contemplando diferentes dimensões da temática selecionada. O primeiro artigo apresenta a Rede responsável pela autoria deste projeto coletivo. O segundo trata da sistemática de licenciamento dos PGVs e depois dois trabalhos mais abrangentes relacionados ao planejamento e as taxas de geração de viagens. Os outros oito artigos se direcionam a PGVs específicos, três dos quais associados às viagens de carga e os cinco restantes às viagens de pessoas. Estes artigos são então descritos sucintamente a seguir.

Portugal, Flórez e Rodrigues da Silva apresentam a concepção de uma Rede de Pesquisa em transportes como uma ferramenta para o desenvolvimento de metodologias compatíveis com a realidade das metrópoles latino-americanas que contribuam para promover a integração dos grupos de pesquisa do continente e melhorar as condições de mobilidade e de qualidade de vida de seus habitantes. Apresentam também a estrutura dessa Rede e como, por meio da criação de uma base comum de experiências bem sucedidas, tem sido realizada a construção do conhecimento necessário para se introduzir as transformações desejadas no planejamento integrado dos transportes, em especial dos PGVs, na América Latina.

No segundo artigo, Maia, Moraes, Sinay e Cunha apresentam as bases normativas de um processo de licenciamento aplicável à instalação e funcionamento de Pólos Geradores de Viagens no Brasil. O licenciamento de tais empreendimentos se enquadra como processo administrativo de outorga, ou seja, aquele que trata de licenciamento ambiental e licenciamento de atividades e exercício dos direitos, dentre outros. Os processos de licenciamento de PGV nos municípios de São Paulo e de Recife são apresentados e analisados à luz dos princípios de um processo adminis-

trativo.

Kneib, Marques da Silva e Portugal, no terceiro artigo, procuram avaliar os possíveis impactos decorrentes da implantação de PGVs na estrutura espacial das cidades, conformada pelo conjunto de centros e subcentros urbanos. A partir do método desenvolvido corrobora-se a relação entre os PGVs e os impactos decorrentes destes na estrutura espacial da cidade objeto do estudo, bem como identificam-se as atividades que mais contribuem para tal relação.

Já Mancini e Rodrigues da Silva, no quarto artigo, apontam ações de planejamento urbano e de transportes que sirvam para orientar gestores e técnicos no sentido de alcançar padrões de geração de viagens que conduzam à mobilidade sustentável. A pesquisa baseia-se em um método de previsão de implementação de ações através de cenários, cuja avaliação é conduzida com auxílio do Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS).

Souza, Silva e D'Agosto, no quinto artigo, mostram o perfil dos modelos de geração de viagens de carga que possam ser utilizados para subsidiar os estudos sobre PGV de Carga. Foi realizada uma revisão bibliográfica nacional e internacional abrangendo 25 estudos. Verificou-se que predomina o uso de taxas e de regressões lineares simples e múltiplas, nas quais se obtêm coeficientes de determinação (R^2) iguais ou superiores a 0,7.

No sexto artigo, Gasparini, Campos e D'agosto apresentam uma proposta de modelagem da demanda de viagens de veículos de carga atraída para supermercados e shopping centers. Foram desenvolvidas equações que permitem estimar tal demanda a partir de variáveis relacionadas com as características operacionais e físicas destes empreendimentos. Para tanto, foi realizada, inicialmente, uma revisão bibliográfica sobre a demanda para estes tipos de empreendimentos que serviu de base para a escolha das variáveis que vieram a compor o questionário aplicado em 21 supermercados e 7 shopping centers da cidade do Rio de Janeiro.

Orlandi Silva e Goldner, no sétimo artigo, apresentam uma pesquisa realizada entre os meses de março e junho de 2008, em três indústrias na cidade de Tubarão – Santa Catarina, que consistiu em entrevistas com a administração destas indústrias e a aplicação de questionários a uma amostra estratificada de funcionários e caminhoneiros. Também foram realizadas contagens volumétricas de tráfego nos principais acessos. Da análise dos resultados, foi possível elaborar as taxas de geração de viagens em função da área total construída e do número de funcionários, que foram comparadas aos modelos existentes na bibliografia.

No oitavo artigo, Jacques, Bertazzo, Galarraga e Herz apresentam uma nova abordagem para o estudo das viagens geradas nas instituições de ensino (IEs), que inclui proposta para classificação das viagens geradas pelas IEs e para procedimentos voltados à determinação das taxas e modelos e à realização de estudos de impacto das IEs. A proposta formulada, baseada numa ampla revisão bibliográfica, permite que os estudos de impacto considerem cenários alternativos referentes à adoção de medidas de gerenciamento da demanda.

Já no nono artigo, Grieco e Portugal apresentam um estudo sobre a geração de viagens em residências, realizado em duas regiões distintas na Cidade de Niterói, Rio de Janeiro. A hipótese levantada investigou que fatores de localização e de uso do solo influenciavam diretamente no padrão de viagens. O procedimento proposto foi aplicado em onze condomínios e, a partir dos dados levantados, elaboraram-se as taxas e os modelos de geração de viagens. Complementarmente, pode-se calcular as viagens realizadas a pé, analisando os resultados obtidos nas duas regiões e comparando-os às estimativas das viagens derivadas dos modelos americanos.

Goldner, Westphal, Gonçalves e Balassiano, no décimo artigo, desenvolveram uma análise e compilação de alguns trabalhos realizados nos EUA sobre os Hotéis como PGVs, com destaque para os modelos do ITE- Institute of Transportation Engineers. Também foram considerados alguns estudos brasileiros, buscando-se verificar a adequação dos modelos do ITE à nossa realidade.

Neste penúltimo artigo (11º), Jacobsen, Cybis, Lindau e Pinto confrontaram os volumes estimados por modelos referenciados na literatura com volumes veiculares observados em seis empreendimentos localizados na região metropolitana de Porto Alegre, observando-se erros expressivos. Modelos baseados apenas na Área Bruta Locável (ABL) mostram-se incapazes de representar as diferenças entre os empreendimentos, indicando a necessidade da incorporação de novas variáveis explicativas. O artigo propõe modelos não-convencionais de geração de viagens construídos com os dados dos shopping centers estudados. Entre tais modelos, o que incorpora a variável “valor do aluguel” das lojas dos empreendimentos resultou nos menores erros de estimativa.

Finalmente, no 12º artigo, Goldner, Westphal, Freitas e Santos analisam as características das viagens por automóvel para Pólos Múltiplos Geradores de Viagens (PMGVs), assim denominados por reunirem conjuntos de estabelecimentos comerciais ou de serviços próximos entre si, formando “clusters” de atividades. Os resultados encontrados basearam-se em

casos de estudos, através de consulta aos clientes por meio de questionários, realizados nas cidades de Porto Alegre e Salvador.

Com este número do periódico TRANSPORTES esperamos ter contribuído para explicitar a importância deste veículo de publicação e a necessidade da comunidade científica – através de ações individuais e coletivas – se mobilizar para orientar sua produção intelectual a espaços de divulgação nacionais e internacionais de excelência, que valorizem a nossa área e nos garantam boas avaliações por parte da CAPES e demais órgãos de fomento.
